

Duas escolas paralisam contra regime de instalação

DOIS DIAS de greve na Escola Superior de Belas-Artes do Porto (16 e 17 de Junho) e na Escola Superior Agrária de Coimbra (22 e 23 de Junho) constituem o próximo marco da luta destes estabelecimentos de ensino, que esta semana registaram paralisações contra o regime de instalação em que vivem há vários anos.

No caso da ESBAP (e o problema tem uma dimensão regional, dado que quando da reforma do ensino artístico em 1973, o projecto de reestruturação da Escola de Lisboa foi aprovado e o do Porto não), os trabalhadores e docentes lutam pela alteração, prevista num decreto-lei de 31 de Dezembro de 1979, dos quadros de pessoal.

Segundo o Sindicato da Função Pública do Norte, as alterações daqueles quadros tem impedido a reclassificação dos trabalhadores de acordo com o espírito daquele diploma, prolongando situações (notadamente ausência de promoções) que, em alguns casos, se arrastam há mais de 20 anos.

Para os trabalhadores da ESBAP, cuja greve de 24 horas (na terça-feira) provocou o encerramento da escola e afectou os Serviços Sociais da Universidade, a situação de excepção não pode manter-se (os próprios professores não são abrangidos pelo recente Estatuto da Carreira Docente) e urge publicação de um diploma — que, segundo o EXPRESSO apurou de fonte sindical, o secretário de Estado do Ensino Superior já garantiu estar elaborado, em carta enviada à direcção do Sindicato.

Entretanto, a comissão criada por um despacho governamental de 25 de Junho do ano passado para, no prazo de 90 dias, apresentar propostas de solução para a actual situação do ensino das Belas-Artes, terminou em Abril os seus trabalhos.

Das conclusões do relatório — ainda não tornado público, mas a que tivemos acesso — resultam as propostas de «edificação de licenciatura para os cursos» e de integração das actuais escolas na Universidade (sem abater o caso de Lisboa, face às várias hipóteses).

Já na Escola Superior Agrária de Coimbra (herdeira da antiga Escola de Regentes Agrícolas), também em regime de instalação desde 1980, os trabalhadores reivindicam, «semelhante a situação transitória», a publicação do diploma anunciado pela Secretaria de Estado em 24 de Fevereiro, para desbloquear a reclassificação nas carreiras da Função Pública.

«Depois de um decreto de 21 de Maio do ano passado manter o regime de instalação e definir um prazo de três meses para a aprovação obrigatória dos quadros provisórios dos organismos do ensino superior politécnico, veio um outro diploma, um ano mais tarde, concluir que, afinal, as escolas politécnicas não precisam de quadros» — afirma um dirigente da Federação dos Sindicatos da Função Pública.

Santarém pode aderir

Agora, na sequência das greves (12 horas na segunda-feira e 24 na quinta) desta semana, parece desenhar-se um processo de luta global (docentes e não docentes), que poderá vir a passar por acções de sensibilização da população, como a distribuição de frutos e flores produzidos na escola e admite-se que o plenário de quarta-feira na Escola Agrária de Santarém (a única outra já em funcionamento, das quatro previstas) opte por aderir à luta.

A nível sindical, a tónica irá decair ser de continuação da contestação ao Ministério e, em particular à Secretaria de Estado: «Num Ministério que se distingue por funcionar muito mal, o Ensino Superior funciona pesadamente» — afirma um dirigente da Função Pública, que sublinha: «a questão central é, de facto, a da indefinição política sobre os diversos graus de ensino. São, por exemplo, também as escolas secundárias (previstas num decreto de 1983), vocacionadas para a dança e a música; já têm áreas definidas, mas continuam a não constar da listagem agora divulgada dos estabelecimentos de ensino que «arrancam» no próximo ano lectivo».

Luís Tibério

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Rel. Arca educativa -